

01 FEV 1985

Senado

Dalla requer a juiz revisão de despacho que susta nomeações

Brasília — Através do advogado Antônio Lins Guimarães, pois o consultor jurídico Alberto Vasconcelos considerou-se impedido por ter um filho entre os beneficiados, o Presidente do Senado, Senador Moacyr Dalla (PDS-ES), requereu ao juiz da 2ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, a reconsideração da liminar com que este, nos autos da ação popular movida pelos advogados Pedro Calmon e Antônio Candeias, suspendeu os efeitos de dois atos daquela casa do Congresso que efetivaram 1 mil 554 servidores, o chamado **Trem da Alegria**.

Num arrazoado de 15 laudas, o Presidente do Senado, que ainda se encontra no Espírito Santo, alega que o Atos 87 e 88 da Mesa, efetivando os servidores do Centro Gráfico foram legais porque estão amparados pela Constituição. Esta, afirma o documento, defere a cada uma das casas do Congresso o poder de "elaborar os seus regimentos internos, dispor sobre sua organização, política e provimento de cargos de seus serviços".